

# CADERNO DE QUESTÕES

## AUDITOR

### NÍVEL SUPERIOR

NOME DO CANDIDATO: \_\_\_\_\_

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Este **CADERNO DE QUESTÕES** contém **40 QUESTÕES** de múltipla escolha referente a Prova Objetiva, correspondentes ao cargo concorrente do candidato.
2. Cada questão objetiva de múltipla escolha apresenta **CINCO** alternativas identificadas com as letras **A, B, C, D e E** sendo apenas uma correta.
3. Confira se o seu **CADERNO DE QUESTÕES** contém a quantidade de questões descritas no item **1** e se o **cargo** para o qual você foi inscrito está correto. Caso esteja incompleto ou apresente qualquer defeito comunique imediatamente ao fiscal de sala, para que seja realizada a substituição.
4. Observe, na **FOLHA DE RESPOSTAS**, se seus dados estão registrados corretamente. Caso haja alguma divergência, comunique ao fiscal de sala.
5. Após conferência, assine seu nome no espaço próprio na **FOLHA DE RESPOSTAS** e no **CADERNO DE QUESTÕES**.
6. **OBRIGATORIAMENTE** a **FOLHA DE RESPOSTAS** deverá ser preenchida com caneta esferográfica feita em material transparente de tinta preta.
7. **Não é permitida**, no momento da prova, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de aparelhos eletrônicos (calculadora, telefone celular, tablet, etc.), óculos escuros, protetor auricular, boné, relógio, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta.
8. O candidato só poderá ausentar-se do local de prova depois de transcorrido o tempo de **1(uma) hora** do início da prova, mediante a entrega obrigatória da sua **FOLHA DE RESPOSTAS**, bem como do **CADERNO DE QUESTÕES**, sendo para este obrigatório caso não tenha decorrido o tempo mínimo de 2 (duas) horas do início da prova.
9. O candidato poderá levar o **CADERNO DE QUESTÕES** somente após 2 (duas) horas do início da prova.
10. O tempo disponível para a prova é de **03 (três) horas**.
11. Será eliminado do concurso e terá sua prova anulada, o candidato (a) que: **NÃO ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA** e/ou a **FOLHA DE RESPOSTAS**.
12. Os três últimos candidatos, ao terminar a prova, só poderão sair juntos.

**BOA PROVA!**

-----  
DESTAQUE AQUI

|    |    |    |    |    |    |    |    |
|----|----|----|----|----|----|----|----|
| 01 | 06 | 11 | 16 | 21 | 26 | 31 | 36 |
| 02 | 07 | 12 | 17 | 22 | 27 | 32 | 37 |
| 03 | 08 | 13 | 18 | 23 | 28 | 33 | 38 |
| 04 | 09 | 14 | 19 | 24 | 29 | 34 | 39 |
| 05 | 10 | 15 | 20 | 25 | 30 | 35 | 40 |



## LÍNGUA PORTUGUESA

### QUESTÃO 01

Analise o texto abaixo e marque a alternativa **correta** quanto ao uso da norma culta.

#### Gabinetes inchados

O inchaço estrutural dos Legislativos oferece inúmeras oportunidades para desperdício, acertos nada republicanos e até mesmo corrupção.

A Câmara Municipal de Curitiba se vê às voltas com denúncias contra vereadores que estariam embolsando parte dos salários de seus assessores: são pelo menos quatro parlamentares às voltas com investigações internas da Câmara ou inquéritos do Ministério Público. Independentemente da veracidade das denúncias específicas, a ocasião serve como um alerta para um aspecto que muitas vezes passa despercebido quando o tema é o funcionamento dos Legislativos.

Muita energia tem sido gasta para criticar – não sem razão – os salários dos vereadores, deputados e senadores; em 2015, a mobilização popular chegou a impedir aumentos absurdos, de até 100%, em cidades do interior do Paraná. Mas a estrutura montada em torno de cada parlamentar se mostra ainda mais custosa: auxílios dos mais diversos tipos, verbas postais, para combustível, para fotocópias, veículos de uso exclusivo (em Curitiba são 47, para 38 vereadores), sem falar nos cargos de assessores. Cada vereador curitibano pode contratar até sete pessoas, cujos salários, somados, não podem ultrapassar R\$ 51,5 mil mensais – membros da Mesa Diretora têm direito a ainda mais assessores.

Esse inchaço estrutural oferece inúmeras oportunidades para desperdício, acertos nada republicanos e até mesmo corrupção. É preciso analisar até que ponto há justificativa para tantos gastos, especialmente com pessoal. Ainda que o setor público, em todo o país, não estivesse vivendo uma crise que clama pelo corte de despesas, o uso racional do dinheiro do contribuinte é uma obrigação básica.

Disponível em:  
<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniaao/editoriais/gabinetes-inchados-assmy8yylh8531n37tsc8hpu5>  
Acesso em: 12 set. 2017

- (A) O texto não obedece aos padrões da norma culta, uma vez que é constituído por erros gramaticais.
- (B) O texto utiliza de linguagem informal e, por isso, enquadra-se aos padrões estabelecidos pela norma culta.
- (C) O texto não pode se enquadrar nos padrões da norma culta, visto que também se utiliza de linguagem coloquial.
- (D) O texto não utiliza marcas de concordância e, por isso, não pode ser encarado como um texto que preza pela norma culta.
- (E) O texto se enquadra aos padrões da norma culta, pois obedece ao conjunto de normas da escrita formal.

### QUESTÃO 02

Assinale a alternativa **incorreta** quanto ao emprego da concordância verbal.

- (A) A ganância e a ambição corrompe o estado democrático brasileiro.
- (B) Faz três anos que a Escócia decidiu pela não independência do país em relação ao Reino Unido.
- (C) Prefeito, governador e presidente prestaram suas condolências aos familiares das vítimas.
- (D) Emirados Árabes Unidos estão planejando construir uma minicidade em Marte.
- (E) Fará o acordo o banqueiro e os empresários envolvidos no esquema de corrupção.

### QUESTÃO 03

#### O labrador e as raposas

No fim das contas, a gente mete os pés pelas mãos por não conseguir dimensionar o que é valioso de verdade

Nada mais redundante do que dizer que se é fã de Gustavo Kuerten. Quem não é? Um garoto catarinense, até então desconhecido, foi a Paris e venceu três vezes um dos maiores torneios internacionais de tênis, o Roland Garros, isso aos 20 e poucos anos. Em vez de retornar com o peito inflado por ser o novo herói nacional, tratou tudo como se fosse uma inesperada aventura – sem jamais esquecer de agradecer a seu treinador e sua família.

A partir daí, intensificou sua responsabilidade social, promovendo o esporte entre crianças e adolescentes. Deveria ser regra, mas até hoje esse comportamento é tratado como exceção.

Guga é um campeão nato: já começou dando certo por sua maneira de encarar a vida. Claro que teve que ralar muito até chegar aonde chegou, nada foi de mão beijada, nunca é. Mas não se tornou um obcecado.

Ele tem dito, em entrevistas, que não tinha noção da grandiosidade de Roland Garros quando derrotou os maiores do mundo.

Sorte dele. A ausência de deslumbramento e a manutenção do foco costumam ser o segredo de gente vencedora.

Impossível não recordar de um vídeo que tem circulado nas redes sociais, a de um técnico de basquete da Lituânia que dispensou uma das estrelas do seu time para que fosse assistir ao parto da esposa, mesmo estando em meio às eliminatórias de um campeonato. Quando um jornalista, durante uma coletiva, questionou a atitude do técnico, recebeu uma situada: títulos não são tão importantes, não diante de algo muito maior, como o nascimento de um filho.

No fim das contas, a gente mete os pés pelas mãos por não conseguir dimensionar o que é valioso de verdade. Dinheiro, poder e status: de tanto colocarmos essa tríade acima de tudo, nossa história de vida se torna miúda, mesquinha, com uma pseudomagnitude, porém pobre em afetividade, decência, alegria, humanismo, diversão. Vejo esses bandidos engravatados que não saem das primeiras páginas dos jornais, passando vergonha pública, e me pergunto do que adiantou tanta ganância e soberba, qual o orgulho que restou agora que estão sendo desprezados por uma nação inteira e tratados como os ladrões que de fato são.

Os 20 anos da primeira vitória de Guga em Roland Garros têm mesmo que ser celebrados e trazê-lo de volta para os holofotes, a fim de lembrar a todos nós um cálculo que não envolve milhões nem bilhões: competência + gratidão + consciência do papel que representa = admiração plena de todos os brasileiros. Essa é a conta que fecha.

Medeiros, Martha.  
Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/opiniaao/columnistas/martha-medeiros/noticia/2017/06/o-labrador-e-as-raposas-9809692.html>  
Acesso em: 11 set. 2017

Segundo o texto, pode-se afirmar que, para a autora, valioso de verdade é (são):

- (A) Ter destaque na sociedade e ser reconhecido através dos meios de comunicação.
- (B) Não menosprezar a importância de se ter uma boa vida financeira.
- (C) Os valores éticos e morais implícitos no comportamento de cada ser humano.
- (D) Enfrentar inesperadas aventuras como situações corriqueiras.
- (E) As possibilidades de se obter benefícios com o status de ídolo nacional.

### QUESTÃO 04

O sinal indicativo de crase está corretamente empregado em:

- (A) A torcida olhava à bandeira com admiração.
- (B) A atleta estava habituada à rotina de treinamentos.
- (C) A delegação retornará à Brasília.
- (D) Olharam os atletas à distância.
- (E) Os boxeadores ficaram cara à cara.



### QUESTÃO 13

Luiz Fernando é farmacêutico de uma rede de Farmácias localizada no interior de Pernambuco. Em seu local de trabalho, costuma utilizar muito a internet para pesquisa, como por exemplo, fórmulas de medicamentos. Para realizar esse tipo de pesquisa, utiliza com frequência um determinado navegador. Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta a tecla de atalho utilizada por Luiz Fernando para parar uma página em processo de carregamento.

- (A) F2
- (B) ALT
- (C) ESC
- (D) CTRL
- (E) F5

### QUESTÃO 14

Microsoft PowerPoint é um programa utilizado para criação/edição e exibição de apresentações gráficas. Na versão 2010 deste aplicativo, na sua configuração padrão, a sequência a partir do guia de opções, para inserir um botão de ação em um Slide, é:

- (A) Na guia “Exibição”, no grupo “Ilustrações”, clique em “Formas” e, em Botões de Ação, clique na forma de botão que você deseja adicionar. Clique em um local do slide e arraste para desenhar a forma do botão.
- (B) Na guia “Inserir”, no grupo “Ilustrações”, clique em “Formas” e, em Botões de Ação, clique na forma de botão que você deseja adicionar. Clique em um local do slide e arraste para desenhar a forma do botão.
- (C) Na guia “Apresentação”, no grupo “Ilustrações”, clique em “Smartformas” e, em Botões de Ação, clique na forma de botão que você deseja adicionar. Clique em um local do slide e arraste para desenhar a forma do botão.
- (D) Na guia “Inserir”, no grupo “Imagens”, clique em “Formas” e, em Botões de Ação, clique na forma de botão que você deseja adicionar. Clique em um local do slide e arraste para desenhar a forma do botão.
- (E) Na guia “animações”, no grupo “Ilustrações”, clique em “Smartformas” e, em Botões de Ação, clique na forma de botão que você deseja adicionar. Clique em um local do slide e arraste para desenhar a forma do botão.

### QUESTÃO 15

Um navegador de Internet também conhecido pelos termos inglês web browser ou simplesmente de browser é o software (programa) que permite que você acesse a internet, veja vídeos, escute música, jogue e interaja com documentos virtuais da internet, também conhecidos como páginas da web. Janelas pop-up podem ser bloqueadas em navegadores. Logo, bloquear janelas pop-up em navegadores é um instrumento útil para:

- (A) Garantir um download completo de vídeos e filmes.
- (B) Assegurar que o navegador exiba uma única página por vez, em mais de uma aba.
- (C) Impedir que a página pesquisada seja impressa de forma equivocada.
- (D) Propiciar segurança quando se navega na Internet.
- (E) Assegurar que o navegador exiba uma única página por vez, em uma única aba.

### LEGISLAÇÃO

### QUESTÃO 16

Com relação à proteção à saúde e segurança do consumidor assinale a alternativa **correta**:

- (A) Em se tratando de produto industrial, cabe ao Estado prestar as informações pertinentes, através de impressos apropriados que devam acompanhar o produto.
- (B) O fornecedor de produtos e serviços potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou segurança poderá, a depender do caso concreto, informar, de maneira ostensiva e adequada, a respeito da sua nocividade ou periculosidade, sem prejuízo da adoção de outras medidas.
- (C) Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito.
- (D) O fornecedor poderá, desde que informe previamente, colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança.
- (E) Sempre que tiverem conhecimento de periculosidade de produtos ou serviços à saúde ou segurança dos consumidores, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão notificar as empresas para que procedam as medidas cabíveis.

### QUESTÃO 17

De acordo com a Lei N° 6.360/1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, está **correto** o seguinte conceito:

- (A) **Detergentes** - destinados a destruir, indiscriminada ou seletivamente, microorganismos, quando aplicados em objetos inanimados ou ambientes.
- (B) **Desinfetantes** - destinados a dissolver gorduras e à higiene de recipientes e vasilhas, e a aplicações de uso doméstico.
- (C) **Embalagem**: identificação impressa ou litografada, bem como os dizeres pintados ou gravados a fogo, pressão ou decalco, aplicados diretamente sobre recipientes, vasilhames, invólucros, envoltórios, cartuchos ou qualquer outro protetor de embalagem.
- (D) **Nutrientes**: substâncias constituintes dos alimentos de valor nutricional, incluindo proteínas, gorduras, hidratos de carbono, água, elementos minerais e vitaminas.
- (E) **Rótulos**: invólucro, recipiente ou qualquer forma de acondicionamento, removível ou não, destinada a cobrir, empacotar, envasar, proteger ou manter, especificamente ou não, os produtos respectivos.

### QUESTÃO 18

Segundo a Lei 3.820/1960, são atribuições dos **Conselhos Regionais de Farmácia**:

- (A) Registrar os profissionais e expedir a carteira profissional.
- (B) Organizar o seu regimento interno, submetendo-o à aprovação do Conselho Regional.
- (C) Sugerir ao Conselho Regional as medidas necessárias à regularidade dos serviços e à fiscalização do exercício profissional.
- (D) Eleger seu representante e respectivo suplente para o Conselho Regional.
- (E) Dirimir dúvidas relativas à competência e âmbito das atividades profissionais farmacêuticas, com recurso sem efeito suspensivo para o Conselho Federal.

### QUESTÃO 19

Com relação as disposições constantes na Lei Federal N° 3.820/1960, assinale a alternativa **correta**:

- (A) O Conselho Federal e os Regionais de Farmácia, são dotados de personalidade jurídica de direito privado, autonomia administrativa e financeira, destinados a zelar pela fiel observância dos princípios da ética e da disciplina da classe dos que exercem atividades profissionais farmacêuticas no País.
- (B) O Conselho Federal de Farmácia será constituído de tantos membros quantos forem os Conselhos Regionais, sendo que cada Conselheiro Federal será eleito, em seu Estado de origem, juntamente com um suplente.
- (C) Perderá o mandato o Conselheiro Federal que, sem prévia licença do Conselho, faltar a duas reuniões plenárias consecutivas, sendo sucedido pelo suplente.
- (D) A eleição para o Conselho Federal e para os Conselhos Regionais far-se-á através de indicação do Presidentes da República e dos Governadores de Estado respectivamente.
- (E) O mandato dos membros do Conselho Federal é privativo de farmacêuticos de nacionalidade brasileira ou estrangeira, será gratuito, meramente honorífico e terá a duração de quatro anos.

### QUESTÃO 20

De acordo com a Lei N° 5.991/1973 (Que trata do Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos), está **correto** o seguinte conceito:

- (A) **Medicamento** - produto farmacêutico, sem adição de técnicas laboratoriais, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico.
- (B) **Droga** - droga ou matéria-prima aditiva ou complementar de qualquer natureza, destinada a emprego em medicamentos, quando for o caso, e seus recipientes.
- (C) **Farmácia** - estabelecimento de dispensação e comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos em suas embalagens originais.
- (D) **Drogaria** - estabelecimento de manipulação de fórmulas magistrais e oficinais, de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, compreendendo o de dispensação e o de atendimento privativo de unidade hospitalar ou de qualquer outra equivalente de assistência médica.
- (E) **Droga** - substância ou matéria-prima que tenha a finalidade medicamentosa ou sanitária.

### QUESTÃO 21

O Código de Proteção do Consumidor (Lei n° 8.078/1990), em sua parte inicial, define alguns conceitos, dentre eles é **correto** afirmar que:

- (A) Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, desde que determináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
- (B) Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, exceto os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.
- (C) Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- (D) Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, sempre de natureza material.
- (E) Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, inclusive as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

### QUESTÃO 22

Sobre a Lei n° 6.360/1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos) é **correto** afirmar:

- (A) É permitida a adoção de nome igual ou assemelhado para produtos de diferente composição, ainda que do mesmo fabricante, assegurando-se a prioridade do registro com a ordem cronológica da entrada dos pedidos na repartição competente do Ministério da Saúde, quando inexistir registro anterior.
- (B) Como medida de segurança sanitária e a vista de razões fundamentadas do órgão competente, poderá o Ministério da Saúde, apenas antes de iniciar a produção, suspender a fabricação e venda de qualquer dos produtos de que trata esta Lei, que, embora registrado, se torne suspeito de ter efeitos nocivos à saúde humana.
- (C) Dependem de licença para funcionamento os estabelecimentos abrangidos por esta Lei integrantes da Administração Pública ou por ela instituídos, ficando sujeitos, porém às exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e à aparelhagem adequados e à assistência e responsabilidade técnicas.
- (D) As drogas, os medicamentos e quaisquer insumos farmacêuticos correlatos, produtos de higiene, cosméticos e saneantes domissanitários, importados ou não, somente serão entregues ao consumo nas embalagens originais.
- (E) É vedada a importação de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e demais produtos de que trata esta Lei, para fins industriais e comerciais, sem prévia e expressa manifestação favorável do Ministério da Saúde.

### QUESTÃO 23

São direitos básicos do consumidor, **exceto**:

- (A) A proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos.
- (B) Educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações.
- (C) A informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.
- (D) A proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços.
- (E) A impossibilidade modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas, devendo sempre ser rescindido o contrato.

### QUESTÃO 24

Com relação às disposições constantes na Lei n° 9.782/1999, compete à União no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária:

- (A) Normatizar, controlar e fiscalizar produtos, substâncias e serviços de interesse para a saúde.
- (B) Definir a política regional de vigilância sanitária.
- (C) Definir o Sistema local de Vigilância Sanitária.
- (D) Exercer exclusivamente a vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras.
- (E) Manter sistema de informações em vigilância sanitária, em cooperação com os países da América Latina.

### QUESTÃO 25

A atual Política Nacional de Resíduos Sólidos instituída pela Lei N° 12.305 de 2010, dispõe de diversos princípios, **exceto**:

- (A) Prevenção e a precaução.
- (B) Gestão integrada de resíduos sólidos.
- (C) Poluidor-pagador.
- (D) Protetor-recebedor.
- (E) Razoabilidade.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### QUESTÃO 26

No tocante a classificação das auditorias na Constituição Federal no art. 71, inciso IV são elencadas cinco tipos de auditoria. Assinale a alternativa que apresenta esta classificação de auditoria.

- (A) Contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.
- (B) Contábil, financeira, orçamentária, ambiental e patrimonial.
- (C) Interna, qualidade, sistemas, externa e fiscal.
- (D) Interna, qualidade, sistemas, externa e contábil.
- (E) Contábil, financeira, orçamentária, fiscal e patrimonial.

### QUESTÃO 27

Técnicas de auditoria podem ser classificadas de acordo com o tipo de evidência obtida com sua aplicação. Leia e Relacione as Técnicas de auditoria com seus devidos exemplos.

- I. Evidência física (EF).
- II. Evidência documental (ED).
- III. Evidência testemunhal (ET).
- IV. Evidência analítica (EA).

( ) Solicitar a pasta e/ou o processo relativo à formalização e à execução do contrato e verificar se o termo do contrato estabelece com clareza e precisão as condições para sua execução.

( ) A partir de entrevistas com servidores e apontamentos do controle interno em contas da entidade, foi possível evidenciar algumas falhas.

( ) O consórcio deixou de lançar, a partir do ano 2001, as receitas relativas aos títulos públicos federais remunerados pelo IGP-DI acrescido de 12% ao ano, o que provocou uma redução do fluxo de caixa livre para acionista e, conseqüentemente, uma subestimativa do valor econômico do banco.

( ) Até a hora da nossa visita (13h) não havia sido feita a prescrição médica dos pacientes;

Marque a alternativa correta que relaciona a técnica de auditoria com seu exemplo respectivamente.

- (A) I, IV, II e III.
- (B) III, II, IV e I.
- (C) II, III, IV e I
- (D) I, II, III e IV
- (E) II, IV, I e III

### QUESTÃO 28

As Classificações adotadas pela Controladoria-Geral da União estão descritas no Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (Manual do SCI), aprovado pela IN SFC N° 01/2001. Marque a alternativa que apresenta as **formas de execução das auditorias** adotadas pela CGU.

- (A) Direta, indireta e simplificada.
- (B) Regularidade, operacional e especial.
- (C) Contábil, operacional e especial.
- (D) Economicidade, regularidade e legitimidade.
- (E) Eficiência, equidade, e contábil.

### QUESTÃO 29

Para Meirelles (2003), o “controle, na administração pública, é a faculdade de vigilância, orientação e correção que um poder, órgão ou autoridade exerce sobre a conduta funcional de outro. Leia as assertivas sobre os tipos de controle existentes na administração pública.

- I. Controle administrativo e o chamado poder de autotutela da administração pública. É um controle de legalidade e de mérito, exercido pelos órgãos de administração de todos os poderes sobre suas próprias atividades, com vistas a mantê-las dentro da lei, segundo exigências técnicas e econômicas para atender às necessidades dos serviços.
- II. Controle legislativo Exercido pelo Poder Legislativo (Congresso Nacional, assembleias legislativas e câmaras de vereadores) sobre a administração pública nos aspectos políticos e técnicos, limitando-se às hipóteses constitucionalmente previstas, já que resulta na interferência de um poder em outro.
- III. Controle gerencial “É o processo pelo qual os administradores públicos asseguram que os recursos necessários para os gastos governamentais serão obtidos e utilizados eficiente e eficazmente no cumprimento dos objetivos do Estado, através de rotinas e procedimentos formais, baseados em informação, para manter ou alterar padrões da atividade estatal.
- IV. Controle judicial É essencialmente um controle de legalidade efetuado pelo Poder Judiciário sobre os poderes e órgãos da administração pública. Ocorre sempre a *posteriori*. A lei, como principal forma de indicação do interesse público, é tomada aqui no seu sentido genérico, abrangendo toda a forma de regramento, seja constitucional, legal ou regulamentar.
- V. Controle social É a participação da sociedade no acompanhamento e verificação das ações da gestão pública. Decorre de princípios de governança e *accountability* e é viabilizado, sobretudo, pela transparência. Os agentes de órgãos, entidades, programas e fundos públicos devem contribuir para aumentar a confiança da sociedade sobre a administração pública. Marque a alternativa correta sobre os tipos de controle existentes na administração pública.

- (A) I, III, II e IV.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) II, III, IV e V.
- (D) I, II, IV e V.
- (E) I, II, III, e V

### QUESTÃO 30

As Normas de Auditoria do TCU (NAT, 129) estabelecem os requisitos de qualidade que a equipe de auditoria deve orientar-se na redação do **Relatório de Auditoria**. Marque a alternativa que apresenta esses requisitos adotados pelo TCU:

- (A) Clareza, Convicção, Concisão, Correto, Exatidão, Resoluto, Tempestividade e Óbvio.
- (B) Clareza, Convicção, Concisão, Completude, Excessivo, Relevância, Tempestividade e Oportuno.
- (C) Clareza, Convicção, Concisão, Concreto, Expressivo, Real, Tempestividade e Objetividade.
- (D) Clareza, Convicção, Concisão, Considerável, Explícito, Racional, Tempestividade e Organizado.
- (E) Clareza, Convicção, Concisão, Completude, Exatidão, Relevância, Tempestividade e Objetividade.

### QUESTÃO 31

A Norma e Procedimentos de Auditoria NPA 14 do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes Do Brasil – que trata dos laudos de avaliação emitidos por auditor independente, apresenta a Estrutura sugerida para o Laudo de Avaliação Contábil. Marque a alternativa a respectiva estrutura:

- (A) Destinatário, Dados da firma de auditada, Objetivo do laudo de avaliação, Alcance dos Resultados, Considerações Finais, Local e data de entrega, Identificação do auditor e assinatura do laudo.
- (B) Destinatário, Dados da firma de auditoria, Objetivo do laudo de avaliação, Alcance dos trabalhos, Conclusão, Local e data de emissão e Identificação do auditor e assinatura do laudo.
- (C) Destinatário, Dados da firma de auditada, Objetivo do laudo de avaliação, Considerações Finais, Local e data de entrega, Identificação do auditor e assinatura do laudo.
- (D) Destinatário, Dados da firma de auditoria, Objetivo do laudo de avaliação, Alcance dos resultados, Conclusão, Local e data de emissão e Identificação do auditor e assinatura do laudo.
- (E) Destinatário Dados da firma de auditada, Objetivo do laudo de avaliação, Alcance dos Resultados, Considerações Finais, Local e data de emissão e Identificação do auditor e assinatura do laudo.

### QUESTÃO 32

A NBC T 16 – Normas Brasileiras De Contabilidade Aplicadas Ao Setor Público em sua NBC T 16.8 - estabelece referenciais para o controle interno como suporte do sistema de informação contábil, no sentido de minimizar riscos e dar efetividade às informações da contabilidade, visando contribuir para o alcance dos objetivos da entidade do setor público.

Marque a alternativa **incorreta** sobre a **finalidade do controle interno da entidade do setor público**, conforme a normativa.

- (A) Disponibilizar instrumentos de controle de gestão que influenciem mudanças comportamentais e estruturais na entidade.
- (B) Contribuir para a promoção da eficiência operacional da entidade.
- (C) Propiciar a obtenção de informação oportuna e adequada.
- (D) Estimular adesão às normas e às diretrizes fixadas.
- (E) Auxiliar na prevenção de práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações.

### QUESTÃO 33

A resolução CFC Nº 986/03 que aprova a NBC TI 01 que estabelece orientações sobre a Auditoria Interna. No item 12.1.3 – que aborda os conceitos de Fraude e Erro, afirma que a Auditoria Interna deve assessorar a administração da entidade no trabalho de prevenção de fraudes e erros, obrigando-se a informá-la, sempre por escrito, de maneira reservada, sobre quaisquer indícios ou confirmações de irregularidades detectadas no decorrer de seu trabalho. Com relação aos conceitos de **Fraude e Erro na auditoria**, marque a alternativa **correta**.

- (A) O termo “erro” aplica-se a ato não-intencional de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros, informações e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade, tanto em termos físicos quanto monetários.
- (B) O termo “fraude” aplica-se a ato não intencional de omissão e/ou manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos quanto monetários.
- (C) O termo “erro” aplica-se a ato intencional de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros, informações e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade, tanto em termos físicos quanto monetários.
- (D) Os erros intencionais ou fraudes podem ser cometidos para: subtrair mercadorias, matérias-primas, produtos e resíduos; subtrair dinheiro, subtrair títulos, iludir o fisco, evitando o pagamento de impostos, dissimular atos sujeitos a penalidades, encobrir falta de terceiros, alterar resultados para usufruir maiores percentagens em lucros, simular ocorrências, iludir a opinião de acionistas e autoridades monetárias.
- (E) A fraude tem como principais características: a inexatidão aritmética na escrituração contábil e nas Demonstrações Contábeis; a aplicação incorreta das normas contábeis e a interpretação errada das variações patrimoniais. O erro, por sua vez, apresenta as seguintes características: a alteração e/ou a modificação dos registros de ativos, passivos e resultados; a apropriação indébita de ativos; supressão de transações nos registros contábeis; registros de transações sem comprovação e aplicação de práticas contábeis indevidas.

### QUESTÃO 34

A NBC PA 290 (R2) – estabelece normas sobre a Independência – Trabalhos de Auditoria e Revisão. Os conceitos sobre a independência devem ser aplicados por auditores para:

- (A) Sugerir ameaças à independência.
- (B) Avaliar a importância das ameaças identificadas.
- (C) Aplicar salvaguardas, quando necessário, para eliminar as ameaças ou reduzi-las a um nível aceitável.
- (D) Identificar oportunidades para exercer sua independência.
- (E) Avaliar o tipo de ameaças identificadas.

### QUESTÃO 35

A Instrução Normativa Nº 24, de 17 de novembro de 2015 que dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), dos trabalhos de auditoria realizados pelas unidades de auditoria interna e do Relatório Anual de Atividades Da Auditoria Interna (RAINT). Sobre o Relatório Anual de Atividades Da Auditoria Interna (RAINT), marque a alternativa **correta**.

- (A) O RAINTE será disponibilizado aos respectivos órgãos de controle interno até o último dia útil de dezembro de cada ano, após a apreciação pelo Conselho de Administração ou instância de atribuição equivalente ou, em sua falta, pelo dirigente máximo do órgão ou entidade.
- (B) Descrição das dificuldades decorrentes da atuação da unidade de auditoria interna ao longo do exercício.
- (C) Estudo consolidado acerca do nível de desenvolvimento dos controles internos do órgão ou entidade, com base nos trabalhos realizados, identificando as áreas que apresentaram desempenhos relevantes e indicando as ações promovidas para contínua mitigação dos riscos.
- (D) Quantidade de recomendações emitidas e implementadas no exercício, bem como as vincendas e as não implementadas na data de elaboração do RAINTE, com a inclusão, neste caso, dos prazos de implementação e as justificativas do gestor.
- (E) Descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados sem previsão no PAINT, indicando as justificativas para a sua execução e, quando aplicável, com a previsão de sua conclusão.

### QUESTÃO 36

A Lei nº 8.666, de 1993, impõe ao administrador público o dever de aplicar as sanções decorrentes de comportamentos que violem a lei ou o contrato. Em conformidade com as disposições dos artigos 86 e 87, ambos da Lei nº 8.666, de 1993 e do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, os tipos de penalidades administrativas aplicáveis com relação aos Contratos Administrativos são:

- (A) Advertência, Multa, Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, Impedimento de licitar e contratar com a União, Procedimento para registro da Penalidade no SICAF.
- (B) Advertência, Multa, Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, Rescisão do Contrato, Impedimento de licitar e contratar com a União, Procedimento para registro da Penalidade no SICAF.
- (C) Advertência, Multa, Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, Rescisão do Contrato unilateralmente por ato escrito da Administração, Impedimento de licitar e contratar com a União, Procedimento para registro da Penalidade no SICAF.
- (D) Advertência, Multa, Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, Rescisão do Contrato amigavelmente, por acordo entre as partes, Impedimento de licitar e contratar com a União, Procedimento para registro da Penalidade no SICAF.
- (E) Advertência, Multa, Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, Declaração de inabilidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, Impedimento de licitar e contratar com a União, Procedimento para registro da Penalidade no SICAF.

### QUESTÃO 37

A Receita pública é a soma de ingressos orçamentários (impostos, taxas, contribuições e outras fontes de recursos) arrecadados para atender às despesas públicas. Com relação a Classificação da Receita Pública, marque a alternativa **correta**.

- (A) Receitas Derivadas: são aquelas que provêm do próprio patrimônio do Estado. Ex: patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços.
- (B) Receitas Originárias: são aquelas obtidas pelo Estado mediante sua autoridade coercitiva. Dessa forma, o Estado exige que o particular entregue uma determinada quantia na forma de tributos ou de multas.
- (C) Os ingressos extra orçamentários são aqueles pertencentes a terceiros arrecadados pelo ente público exclusivamente para fazer face às exigências contratuais pactuadas para posterior devolução. Têm caráter provisório. Esses ingressos são denominados recursos de terceiros. São recursos financeiros de caráter temporário e não integram a LOA.
- (D) Receita pública não efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos não constituem obrigações correspondentes e, por isso, alteram a situação líquida patrimonial. É aquela proveniente das funções próprias do setor público enquanto agente arrecadador. Ex.: impostos.
- (E) Receita pública efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos não alteram a situação líquida patrimonial. As receitas efetivas não partem da arrecadação. Ex.: operações de crédito

### QUESTÃO 38

A classificação por natureza da despesa tem por finalidade possibilitar a obtenção de informações macroeconômicas sobre os efeitos dos gastos do setor público na economia. Além disso, facilita o controle contábil do gasto. Com relação à Classificação da Despesa Pública, marque a alternativa **correta**.

- (A) Investimentos – Classificam-se nessa categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.
- (B) Despesas de Capital – Classifica-se nessa categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.
- (C) Despesas Correntes – Despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização dessas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.
- (D) Amortização da Dívida – Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas.
- (E) Inversões Financeiras – Despesas com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

### QUESTÃO 39

A Instrução Normativa Nº 24, de 17 de novembro de 2015 que dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), dos trabalhos de auditoria realizados pelas unidades de auditoria interna e do Relatório Anual de Atividades Da Auditoria Interna (RAINT). Sobre o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), marque a alternativa **correta**.

- (A) O PAINT será elaborado pela unidade de auditoria interna das entidades da administração indireta, com finalidade de definir temas e macroprocessos a serem trabalhados no exercício corrente.
- (B) Constarão no PAINT atribuições que caracterizem atos de gestão.
- (C) O PAINT aprovado será encaminhado ao respectivo órgão de controle interno e ao Conselho Administrativo ou instância com atribuições equivalentes até o último dia útil do mês de dezembro de cada exercício a que se aplica.
- (D) A proposta do PAINT deverá ser submetida à análise prévia do respectivo órgão de controle interno até o último dia útil do mês de dezembro do exercício anterior ao de sua execução.
- (E) O PAINT conterá no mínimo estimativo de horas destinadas às ações de capacitação e participação em eventos que promovam o fortalecimento das atividades de auditoria interna.

### QUESTÃO 40

A partir dos artigos 7º e 8º da Lei de Licitações, são feitas distinções entre obras, serviços e compras. Com relação aos conceitos da Lei de Licitações, marque a alternativa **correta**.

- (A) Serviço - toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta.
- (B) Obra - toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais.
- (C) Projeto Executivo - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento.
- (D) Projeto Básico - o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.
- (E) Empreitada por preço global - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total.